

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)

The fight for the right to education on the periphery of a Brazilian metropolis in authoritarian times (Baixada Fluminense, 1970's)

La lutte pour le droit à l'éducation à la périphérie d'une métropole brésilienne en temps autoritaires (Baixada Fluminense, années 1970)

La lucha por el derecho a la educación en la periferia de una metrópolis brasileña en tiempos autoritarios (Baixada Fluminense, años 1970)

Flávio Anício Andrade
 Câmpus Nova Iguaçu da UFRJ
 flavioandrade.ufrj@gmail.com

Resumo: O artigo objetiva discutir as condições em que se realizava a escolarização na Baixada Fluminense bem como a luta pelo direito à educação para a maioria da população desta região, no contexto histórico da passagem dos anos 1970 para os anos 1980. Tal momento histórico foi marcado pela distensão política e crise de legitimidade que caracterizaram os anos finais do regime ditatorial instaurado após 1964. A mobilização das famílias residentes na Baixada Fluminense no período histórico em questão mostra que o direito à educação é considerado fundamental no contexto da efetivação de uma cidadania real para o conjunto da população brasileira.

Palavras-chave: Ditadura; Lutas Sociais; Escolarização; Brasil.

Abstract: The aims of this article is to analyze the conditions under which schooling took place in the Baixada Fluminense, as well the struggle for the right to education in the historical context of the passage from the 1970s to the 1980s. This historic moment was marked by the political distension and crisis of legitimacy that characterized the final years of the dictatorial regime established after 1964. The mobilization of families living in the Baixada Fluminense in the historical period in question shows that the right to education is considered fundamental in the context of the realization of real citizenship for the Brazilian population as a whole.

Keywords: Dictatorship; Social Struggles; Schooling; Brazil.

Resumé: L'article vise à discuter des conditions dans lesquelles s'est déroulée la scolarité dans la Baixada Fluminense, ainsi que le lutte pour le droit à l'éducation dans le contexte historique de la transition des années 1970 à années 1980. Ce moment historique a été marqué par des tensions politiques et une crise de légitimité qui ont caractérisé les dernières années du régime dictatorial instauré après 1964. La mobilisation des familles vivant à Baixada Fluminense au cours de la période historique en question montre que le droit à l'éducation est considéré comme fondamental dans le contexte de la réalisation d'une véritable citoyenneté pour l'ensemble de la population brésilienne.

Mots clés: Dictature; Luttes Sociales; Scolarité; Brésil.

Resúmen: El artículo tiene como objetivo discutir las condiciones en las que se desarrollaba la escolarización en la Baixada Fluminense, así como la lucha por el derecho a la educación en el contexto histórico del paso de los años 1970 a los años 1980. Este momento histórico estuvo marcado por la distensión política y la crisis de legitimidad que caracterizaron los últimos años del régimen dictatorial establecido a partir de 1964. La movilización de las familias que viven en la Baixada Fluminense en el período histórico en cuestión muestra que el derecho a la educación se considera fundamental en el contexto de la realización de la ciudadanía real para la población brasileña.

Palabras clave: Dictadura; Luchas Sociales; Escolarización; Brasil. A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

A segunda metade da década de 1970 no Brasil ficou marcada como o período em que se iniciou um processo político de passagem do regime ditatorial implantado no país em abril de 1964 para o retorno das garantias constitucionais usurpadas a partir da eclosão do golpe civil-militar que depôs o presidente constitucionalmente eleito, João Goulart. O marco simbólico deste momento histórico foi a aprovação, em agosto de 1979, da Lei número 6.683 que ficou conhecida como Lei da Anistia. Este instituto legal permitiu a volta de todos os brasileiros que se encontravam exilados por motivos políticos (Rollemberg, 1999). Longe de ser uma medida magnânima por parte dos militares no poder, também a anistia aos exilados representou uma vitória do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) que inicia uma campanha pela volta daqueles exilados ainda em 1975, recebendo apoio do MDB e da Igreja Católica, e vindo a ser a semente do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) o qual foi criado na cidade do Rio de Janeiro em fevereiro de 1978 (Schwarcz; Starling, 2015).

Todavia, esta mesma lei significou igualmente um perdão para todos os agentes do Estado envolvidos em crimes de tortura, assassinato e atentados contra indivíduos, entidades ou órgãos de imprensa considerados no jargão das forças de repressão “subversivos”. A impunidade por tais crimes permanece até os dias atuais como uma chaga de consequências nefastas para a democracia no Brasil. O chamado período da distensão, iniciado com a eleição indireta do general Ernesto Geisel (1974-1979), representou o início de uma estratégia de saída do poder por parte dos militares muito em função do ascenso das iniciativas de contestação política frente a ditadura que se inicia por volta do ano de 1973, particularmente a crítica crescente de setores da Igreja Católica à prática sistemática da tortura nos cárceres.

Há que considerar igualmente a demonstração do descontentamento popular nas eleições legislativas realizadas em novembro de 1974 nas quais o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido de oposição, obteve 14,5 milhões de votos (59%) para as cadeiras do Senado em disputa e 10,9 milhões de votos (48%) para a Câmara Federal (Fausto, 2006; Silva, 2014). Concomitantemente ao enfrentamento que se inicia no Congresso, liderado pelo deputado federal Ulysses Magalhães, setores da sociedade civil voltam a se manifestar politicamente e os movimentos sindical e estudantil retomam com cada vez mais força o seu papel de protagonismo no quadro das lutas sociais no Brasil.

Uma das faces mais visíveis deste fenômeno foram as grandes greves ocorridas não apenas nas áreas industriais e urbanas, mas também no campo (Fausto, 2006; Schwarcz e Starling, 2015). Chama a atenção também, no quadro da ação política dos movimentos sociais

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

urbanos¹, a reorganização e forte expansão de associações de moradores, coletivos políticos representando minorias ou novas frentes de luta (por exemplo, a luta feminista e a luta ambiental) assim como a eclosão de mobilizações de caráter mais espontâneo em torno de demandas pontuais, principalmente nas regiões periféricas das grandes cidades brasileiras. Entre estas demandas, se inclui a luta pelo direito à educação.

Com efeito, os anos finais da década de 1970, mesmo constituindo um período histórico relativamente curto, aparecem como momento de suma importância para a compreensão da educação brasileira contemporânea em vista do fato de ter sido marcado pela ascensão das lutas de natureza reivindicativa em torno da efetivação do direito constitucional do acesso à educação pública² e da necessidade de melhoria da qualidade da formação escolar oferecida.

Ao final da década de 1970 o Regime Militar mostrava sinais de esgotamento e de conter os novos movimentos político-sociais fermentados pela crescente precarização das condições de vida da população brasileira no período que se seguiu ao fim do chamado “milagre brasileiro”. De forma correlata as políticas públicas promovidas pelos vários níveis do Estado não conseguiam atender às demandas crescentes da população: cita-se como exemplo que a expansão da oferta das matrículas no ensino público estadual e municipal, particularmente o do então 1º grau de ensino, não era mais suficiente para atender a demanda crescente posta pela expansão demográfica acelerada das regiões metropolitanas³ ocorrida naquele período.

A segunda metade da década de 1970 ficou marcada pelo processo tutelado de restituição gradativa dos mecanismos formais típicos de um regime democrático, a chamada “abertura”, anunciando o retorno à normalidade constitucional. Foi igualmente um momento histórico em

¹ Aqui se toma a conceituação feita por Gohn (1982), que define tais movimentos como nascituros na sociedade civil e sendo compostos de elementos heterogêneos enquanto suas reivindicações se situam fundamentalmente na esfera do consumo e são dirigidas ao poder público visando a melhoria das condições de vida no meio urbano. Segundo a autora, tais movimentos seriam “espontâneos, policlassistas, reivindicatórios e defensivos” sendo a sua homogeneidade dada “pelo tipo de reivindicação pela qual se luta” (Gohn, 1982: p. 12).

² Tal reivindicação tem uma longa história em nosso país mas na década de 1970 assume características específicas ao se vincular a um conjunto mais amplo de demandas no sentido da melhoria da qualidade vida mormente nas áreas mais periféricas das grandes cidades brasileiras. Um de seus marcos foi a mobilização de mulheres da periferia da cidade de São Paulo, tendo os Clubes de Mães como uma experiência de organização basilar (Sader, 1991; Sposito, 2010) e o Movimento de Educação da Zona Leste como sua manifestação mais notável (Sposito, 2010). Nos limites do presente artigo não se pretende realizar uma análise comparativa, em que pese suas similitudes, entre as formas assumidas pela luta pelo direito à educação no contexto histórico ora referido e aquele que constitui o objeto aqui privilegiado.

³ A população urbana brasileira passa de 31.956.000 habitantes em 1960 para 82.013.000 habitantes em 1980, o que representou em vinte anos um acréscimo de quase o total da população do país em 1950, 51.944.000 habitantes (Santos, 2005; p. 32).

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

que se retomou a discussão em torno do direito à entrada e permanência na escola bem como à qualidade da educação escolar oferecida para a grande maioria da população brasileira.

Tendo em vista as considerações anteriores, busca-se aqui analisar tanto as condições em que se materializava a experiência da escolarização para a maioria da população brasileira quanto também as formas assumidas pela mobilização coletiva em torno da luta por acesso à escola e melhoria da qualidade da formação por ela oferecida nos anos finais do período ditatorial pós-64. Como recorte particular para este estudo, se elegeu a parte da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro socialmente definida como Baixada Fluminense, tomando em particular o município de Nova Iguaçu como referência.

Entrelaçamentos teórico-metodológicos

Em sua obra já clássica, *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*, Eder Sader se pergunta sobre os sentidos da condição proletária na periferia daquela que já então era a maior cidade do país. Tal questão é situada pelo referido autor no âmbito da discussão por ele realizada em seu estudo acerca das condições de vida da população dos bairros mais afastados da cidade São Paulo, população esta que carregava em sua história coletiva a marca da experiência da migração e reconstrução de uma identidade na metrópole que a instrumentalizava e consumia como força de trabalho⁴.

Tal questão inicial provocadora será o fio condutor de sua análise subsequente abordando tanto os problemas enfrentados por aquela população na “voragem da cidade” quanto às formas assumidas pelas diversas lutas visando à melhoria dos bens e serviços públicos aos quais deveriam ter acesso, mas cujo usufruto na prática lhe era negado. Condições de moradia, transporte, saúde e mesmo a pura e simples sobrevivência material se tornavam campos da mobilização política dos moradores dos bairros periféricos da própria metrópole bem como igualmente das áreas periféricas que eram parte dos municípios de seu entorno (Sader, 1991).

Também outros autores que se dedicaram ao estudo do fenômeno da ascensão dos movimentos sociais a partir da segunda metade dos anos 1970 chamam a atenção para o fato de que as demandas mobilizadoras da organização política de tais movimentos diziam respeito mais comumente àqueles temas mais prementes. Com exceção dos estudos anteriormente citados que se referem à capital do estado de São Paulo, ainda é relativamente pequeno, quando

⁴ Para uma discussão mais aprofundada acerca do tema da migração interna e seus efeitos ao longo do último século, ver Jannuzzi (2000).

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

comparada a esta produção, o número de estudos referentes às lutas sociais nas demais metrópoles do país.

Em particular se nota uma significativa ausência do tema da educação entre aqueles que poderiam estar presentes como objeto da luta por melhoria das condições de vida e acesso a direitos que constituíram a experiência coletiva dos movimentos sociais⁵ mencionados. Com poucas exceções, relevando-se o já citado estudo realizado por Marília Sposito (2010), não se encontra menção à questão do acesso à escola e/ou à qualidade da escolarização nos estudos mais significativos no campo da análise dos movimentos sociais eclodidos no momento histórico em tela (Por exemplo, Gohn, 1982; Jacobi, 1993; Kowarick & Bonduki, 1988; Sader, 1991; Paoli, 1995; Telles, 1988).

Certamente as lutas por melhores condições de trabalho, transporte, moradia, saneamento básico, saúde e direitos da mulher ocupavam um lugar mais central no âmbito da organização coletiva de origem popular que tais análises se propõem compreender. Porém, aqui se entende que o direito à educação foi também um tema importante no interior da ação política realizada pelos moradores dos bairros e regiões periféricas das grandes cidades na passagem dos anos 1970 aos anos 1980.

Na historiografia da educação brasileira o período ditatorial compreendido entre os anos de 1964 e 1985 permanece relativamente pouco investigado⁶. O estudo de maior abrangência sobre o período foi o realizado por Germano (1994) e constitui o mesmo a principal referência para a compreensão das linhas gerais da política de educação formulada pelo Estado brasileiro sob controle militar. Em que pese a existência em tempos mais recentes de alguns estudos sobre temas pontuais no campo da educação, as lutas sociais envolvendo o usufruto do direito à educação permanecem como um campo praticamente inexplorado pelos historiadores da educação. Neste sentido, o presente artigo se propõe contribuir para um melhor entendimento do tema da mobilização política das classes subalternas na luta por direitos, em particular o de ver seus filhos e filhas na escola.

⁵ Não se desconsidera aqui os estudos relativos à educação brasileira no período em seus diversos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. No entanto, dado o tema deste artigo, se indica que há ainda uma lacuna em relação à configuração histórica da luta por educação nas periferias urbanas e mais especialmente na da segunda maior cidade do país, o Rio de Janeiro.

⁶ O que não significa dizer que não existam obras dedicadas total ou parcialmente a discutir aspectos relativos ao fazer-se da educação no momento histórico em tela. Entre outras, se pode citar Cunha (1981); Cunha e Góes (2002); Frigotto (1989); Garcia (1977); Nunes (1980); Santos (1981).

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

A fim de realizar tal objetivo foi eleita como fonte privilegiada da pesquisa o jornal O Correio da Lavoura, cuja publicação se iniciou no ano de 1917 e permanece sendo editado. Este impresso se constitui um órgão jornalístico de circulação local em municípios da Baixada Fluminense e no recorte temporal estabelecido neste artigo aparece tanto como divulgador dos problemas e questões cotidianas enfrentadas pelas escolas públicas nesta região metropolitana quanto como agente de intervenção política frente as autoridades constituídas na medida em que defendeu incisivamente a melhoria da qualidade da educação oferecida por aquelas mesmas escolas.

Editado no município de Nova Iguaçu e de perfil tradicional, dada a sua então já longa existência, o jornal O Correio da Lavoura, devido ao seu caráter de órgão de imprensa regional, se constituiu em espaço de reverberação das tensões políticas e lutas sociais tanto naquele município quanto também em municípios adjacentes. De fato, esta publicação oferece em suas reportagens e textos opinativos um retrato bastante vívido das condições em que se realizava a escolarização das crianças e jovens da Baixada Fluminense, apresentando uma crônica das lutas em torno do direito à educação produzida no calor dos acontecimentos.

Neste sentido, se compartilha aqui do entendimento de que a imprensa escrita se constitui como sujeito político no interior dos processos históricos através dos quais a realidade social se materializa e, mais particularmente para os fins deste estudo, como também tomando parte ativa da luta pelo direito à educação na Baixada Fluminense nos anos finais do regime ditatorial instaurado em 1964. Como Schelbauer & Araújo (2007) indicam, a imprensa deve ser tomada também como participante das configurações históricas vigentes em uma sociedade na medida em que cumpre um papel formativo em relação a seus leitores e, indiretamente, daqueles a quem estes podem influenciar.

Este papel de intervenção na vida social já se enunciava desde o aparecimento de um dos primeiros semanários, a Gazeta de Amsterdã, ainda na década de 1660 (Burke, 2003). Considerar a imprensa escrita como ator no jogo político é condição necessária ao se utilizar a fonte jornalística como objeto a fim de evitar o risco de se assumir o texto escrito e/ou imagético como um dado isento de comprometimento ideológico. Como lembra Darnton, “as designações, os cortes e a distribuição ou ‘jogo’ das matérias fazem parte de um sistema de reforço positivo e negativo” (Darnton, 2010; p. 80). Além disso, o órgão de imprensa em maior ou menor grau é um produto a ser comercializado, portanto, busca simultaneamente atender a um público consumidor e alargar o tamanho de tal público. O que não se constitui uma operação meramente

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

mercadológica, se não igualmente política. A publicação jornalística também pode ser tomada como um índice da própria complexificação da sociedade civil e sua dinâmica política (Briggs e Burke, 2006; Losurdo, 2004).

Dessa forma, considerando os limites deste artigo, se considera que o impresso tomado como fonte da análise é parte interessada no jogo político do município em que foi (e ainda é) editado e esse posicionamento interessado acrescenta relevância ao quadro descrito em suas páginas no que diz respeito à crítica, bem como ao seu tom, referente ao tema das condições da oferta de educação na região em pauta. Neste caso, se pode estender a afirmação de Chartier de que “não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler” (2002; p. 127) indicando que texto e suporte se encontram condicionados pelo efeito político que visam produzir.

Assim, apesar de não se apresentar como publicação pedagógica em sentido estrito, o referido jornal aparece no período em questão como agente relevante no âmbito do processo de reverberação do desejo de contestação da ordem política vigente, contribuindo, portanto, para um maior entendimento do fazer-se da educação como política pública e como prática cotidiana bem como “estratégia educativa” no sentido apontado por Faria Filho (2002).

Cabe notar ainda que o veículo de imprensa tomado como fonte aparece como proponente de uma narrativa invisibilizada nos veículos de imprensa pertencentes a grandes empresas do setor midiático bem como propicia um olhar sobre as lutas por direitos fora dos centros urbanos comumente privilegiados pela investigação histórica de modo geral e pela história da educação mais particularmente. Neste ponto, a análise ora apresentada também ecoa o chamamento feito por Carvalho; Araújo & Neto (2002) em relação à necessidade de se alargar o campo da investigação na área da História da Educação para outros lugares que não os núcleos urbanos centrais do país e a relevância da imprensa pedagógica e não-pedagógica como fonte no quadro deste esforço investigativo.

Quanto a isto, chama-se ainda a atenção para a escassez de informações referentes ao período em questão no que se refere ao cotidiano da educação escolar pública na Baixada Fluminense e mais particularmente em relação à mobilização das famílias no sentido da melhoria das condições de oferta e permanência na escola. No que diz respeito a este segundo tema em específico, aqui se busca seguir a proposição de que a imprensa periódica oferece uma profícua possibilidade de compreensão do “papel desempenhado pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização das crianças e dos jovens” (Nóvoa, 1997: 13). A análise ora apresentada intenta justamente contribuir para uma maior compreensão deste fenômeno.

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

A Baixada Fluminense, uma região periférica da cidade do Rio de Janeiro

A área metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, e mais particularmente a grande extensão territorial conhecida como Baixada Fluminense⁷, testemunharam na segunda metade dos anos 1970 a eclosão de uma série de ações de natureza reivindicativa em torno do usufruto de direitos e melhoria das condições de vida por parte dos moradores daquela região, seja de forma institucionalmente organizada, seja de forma mais espontânea e pontual.

A Baixada Fluminense, como definição administrativa, é composta por treze dos municípios que, por sua vez, fazem parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Geograficamente sua extensão se inicia no sul do estado e se estende até sua parte nordeste, sendo essencialmente constituída pelas terras mais baixas que se estendem entre o Atlântico e a Serra do Mar.

Ao longo do tempo, porém, o patronímico assumiu uma denotação essencialmente social e política, vindo a delimitação estabelecida no imaginário coletivo a englobar essencialmente os municípios localizados no lado oriental da Baía de Guanabara e mais fortemente ligados economicamente à capital do estado. Dessa forma, considerando tal recorte consagrado no senso comum, Baixada Fluminense – ou simplesmente, Baixada – é a região formada pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nova Iguaçu, Nilópolis, Queimados e São João de Meriti⁸. Sendo que no momento histórico abordado neste estudo os municípios de Japeri, Mesquita e Queimados ainda faziam parte do de Nova Iguaçu na qualidade de seus distritos. Estes oito entes administrativos, ao se considerar sua paisagem social, aparecem como uma área urbana praticamente contínua irradiada a partir do centro metropolitano. Por outro lado, a Baixada adquiriu ao longo dos anos uma identidade social e cultural específica. De um lado, valorizada como celeiro de manifestações culturais e artísticas próprias bem como efervescente politicamente (Freire, 2016; Monteiro, 2016); de outro, percebida como espaço fortemente marcado pela violência e criminalidade (Alves, 1998).

⁷ Desde pelo menos a década de 1970, foi se materializando uma continuidade da paisagem urbana entre o município do Rio de Janeiro e os que lhe são adjacentes na direção oriental da Baía de Guanabara. Para isso muito contribuiu a abertura da Rodovia Presidente Dutra e a localização ao longo da mesma de estabelecimentos industriais bem como o próprio crescimento demográfico da região. Para uma maior compreensão do fenômeno da interiorização da industrialização no estado do Rio de Janeiro, ver Oliveira (2008).

⁸ Ainda hoje o termo Baixada Fluminense comporta recortes diferenciados a depender do critério adotado (geográfico, administrativo, social etc.). Para fins deste artigo, se adota o critério de tomar a região como sendo composta pelos municípios que se originam a partir do desmembramento do de Nova Iguaçu, inclusive: Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Queimados e São João de Meriti.

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

Ao longo do século XX foram sendo executados na referida região uma série de projetos de saneamento, iniciados com a drenagem de suas áreas pantanosas. Tais pântanos tanto tornavam a região de difícil reocupação quanto representavam risco sanitário para a própria cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista que as áreas alagadiças eram o principal foco de proliferação de vetores da febre amarela e malária desde que as culturas da cana-de-açúcar e do café terminaram por promover o assoreamento dos diversos cursos d'água que atravessavam a região (Torres, 2004).

A recuperação dos terrenos e eliminação da incidência de doenças permitiu sua transformação em cinturão verde para abastecimento da metrópole e área agrícola onde prosperou a cultura da laranja. No entanto, a partir da década de cinquenta do século passado a crise da produção citricultura implicou na paulatina passagem do território que viria a ser mais propriamente nomeado como Baixada Fluminense para a condição de periferia urbana. Para isto contribuiu fundamentalmente também a expansão dos ramais ferroviários irradiados a partir do Rio de Janeiro e o conseqüente estabelecimento de estações ferroviárias que vieram a se constituir em núcleos iniciais de pequenos adensamentos urbanos, futuros nascedouros de alguns dos municípios emancipados na região (Pereira, 1977; Torres, 2004).

Por sua vez, o loteamento das grandes propriedades abandonadas como áreas agrícolas, principalmente nos então municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, atraiu um enorme contingente de novos moradores tanto do estado do Rio de Janeiro quanto de estados vizinhos e outros mais distantes que ali se fixaram pela possibilidade de compra de terrenos baratos e pelo transporte relativamente fácil e rápido para os locais de trabalho (Monteiro, 2016; Prado, 2000).

Esta ocupação, porém, não foi acompanhada da oferta condizente de uma série de equipamentos urbanos ou serviços essenciais tendo em vista o usufruto por parte destes novos moradores daqueles direitos básicos necessários à manutenção e elevação dos seus padrões de vida (Bernardes 1983). Entre tais direitos se encontrava o do acesso à educação. Em que pese a significativa expansão da rede escolar na Baixada Fluminense a partir dos anos 1960, tal expansão não acompanhou proporcionalmente as taxas de crescimento populacional da região. Com isto, chega-se ao final da década de 1970 com um grande deficit de vagas nas escolas existentes e também se deparam as famílias ali residentes com a precarização da qualidade da formação escolar oferecida.

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

Notícias de uma situação de calamidade: condições de existência da escola pública periférica

O jornal O Correio da Lavoura (doravante nomeado como CL), devido até mesmo sua longa existência, permite acompanhar os rumos da história da Baixada Fluminense ao longo de todo o século XX, constituindo-se este órgão da imprensa em riquíssima fonte primária ainda inexplorada para o estudo mais particular da História da Educação naquela região do entorno da metrópole do Rio de Janeiro.

O papel de oposição aos grupos políticos dominantes em Nova Iguaçu assumido pelo CL no período de meados dos anos 1970 e início dos anos 1980, momento de grande efervescência política no país, dado o processo de abertura política promovido a partir da chegada do General Ernesto Geisel à Presidência da República em 1976 e que terá continuidade no governo de seu sucessor, o General João Figueiredo, permite observar um registro vivo das condições em que se realizava a educação escolar naquele município a partir de um ponto de vista crítico frente àquelas condições.

É justamente a partir do afrouxamento da repressão política e da censura à manifestações de opinião de caráter crítico, especialmente quando expostas na imprensa, que o jornal local ora tomado como fonte vai iniciar o que poderia ser denominada uma campanha de denúncia das condições em que vinha se realizando a educação escolar pública no município de Nova Iguaçu⁹.

⁹ Os títulos de inúmeros textos publicados nas páginas do CL ajudam a formar um quadro da educação pública na Baixada Fluminense: “A escola deficitária e o privilegio dos barões” (CL, nº 3079, 20 de março de 1976); “O estudante abandonado” (CL, nº 3089 de 30 de maio de 1976); “A depredação nas escolas municipais” (CL, nº 3092 de 20 de junho de 1976); “C.M. Monteiro Lobato é um foco de sérias irregularidades” (CL, nº 3118 de 19 de dezembro de 1976); “Secretário de educação devolve verba por não ter plano de aplicação” (CL, nº 3120 de 2 de janeiro de 1977); “Vagas nas escolas públicas manipuladas por políticos” (CL, nº 3129 de 6 de março de 1977); “Nova Iguaçu precisa de 900 salas de aula e 4 mil professores” (CL, nº 3132 de 27 de março de 1977); “Estatuto do magistério: mais uma lei para não ser cumprida” (CL, nº 3133 de 3 de abril de 1977); “SEMEC não paga estagiárias” (CL, nº 3138 de 8 de maio de 1977); “Escola invadida por marginais” (CL, nº 3141 de 29 de maio de 1977); “Professor mal remunerado” (CL, nº 3142 de 5 de junho de 1977); “Cobrança de taxa nega gratuidade da escola pública” (CL, nº 3169 de 11 de dezembro de 1977); “Escola Municipal de Miguel Couto explora população estudantil” (CL, nº 3170 de 18 de dezembro de 1977); “Falta de professores em escolas estaduais prejudica aluno” (CL, nº 3185 de 2 de abril de 1978); “A situação da Escola Estadual Brasil é crítica” (CL, nº 3216 de 12 de novembro de 1978); “Professor primário não tem vez em Nova Iguaçu” (CL, nº 3222 de 17 de dezembro de 1978); Por outro lado, também se constata a resistência manifestada por moradores, alunos e profissionais da educação: “Povo se organiza e consegue escola para Boa esperança” (CL, nº 3112 de 7 de outubro de 1976); “Estudantes denunciam tráfico de drogas nas escolas de Nova Iguaçu” (CL, nº 3146 de 3 de julho de 1977); “Estudantes voltam às aulas com muitas reclamações” (CL, nº 3151 de 7 de agosto de 1977); “Alunos do IENI reclamam falta de professores” (CL, nº 3193 de 28 de maio de 1978); “Professores consideram caótica a situação do ensino do

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

Dado o espaço do presente artigo, será privilegiado para fins de uma exposição mais vívida do quadro que os textos jornalísticos acima elencados anunciam os anos finais da década de 1970, posto que antecedem mais proximamente o último período de governo em que o executivo federal foi ocupado por um militar.

Dessa forma, temos que o CL oferece um vívido retrato de uma realidade que se reproduzia de modo geral nas regiões metropolitanas do país, possivelmente até em condições mais adversas haja vista ser a municipalidade aqui tomada como recorte estar localizada na vizinhança da segunda metrópole brasileira. A precariedade material das escolas municipais e das suas condições de funcionamento começa a ser exposta em texto intitulado “E.M. Sender carece de segurança e saneamento”, no qual se lê:

“A Escola Municipal Sender, situada no bairro Nova Era (proximidades de Cabuçu), se encontra completamente abandonada, cercada de mato, sem iluminação e sem água potável para as crianças que ali estudam. Nem ao menos o muro, guardando a escola de animais e marginais que a invadem constantemente, foi feito e o prédio está em péssimas condições de conservação. Tais fatos não sensibilizaram as autoridades municipais, nem ao menos a sua diretora, (...), que tem presenciado os graves problemas acontecidos e se omite em denunciá-los à SEMEC [Secretaria Municipal de Educação e Cultura]. Por outro lado, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura não tem se preocupado em vistorias às suas escolas, na maioria, abandonadas.” (CL, nº 3.224, 31 de dezembro de 1978: 2)

Segue-se uma descrição de longa lista de precariedades condensadas nesta escola em particular mas que também ilustram características que permanecem ainda hoje presentes em redes escolares brasileiras, dada a ainda profunda desigualdade regional do país, algumas delas, como, por exemplo, a presença de profissionais da educação sem as qualificações mínimas ideais para o exercício da profissão, podendo ser encontradas mesmo em redes escolares de estados e municípios das regiões mais ricas. Senão vejamos:

“A Escola Municipal Sender não passa de um vivo exemplo dos problemas que enfrenta o ensino municipal atualmente. Com apenas seis professoras formadas, o quadro de funcionários daquela escola é formado por estagiários em sua maioria. Lá se verifica uma acentuada exploração e este ano chegou ao cúmulo, quando uma das mocinhas prestou serviços de servente, para a limpeza de salas e banheiros, pois nem isso a escola possuía. As denúncias foram feitas por uma das estagiárias que não quis que se declarasse o seu nome. Disse-nos ainda que a água que é servida às crianças é tirada de um poço infecto por ordem da diretora. Uma das dirigentes de turno da escola sempre combateu a ordem, pois colocava sob ameaça a saúde das

município” (CL, nº 3196 de 18 de junho de 1978); “Estagiários no magistério já preocupam a população” (CL, nº 3212 de 8 de outubro de 1978); “Professores divulgam nota de protesto” (CL, nº 3213 de 15 de outubro de 1978); “Moradores foram a SEMEC cobrar escola” (CL, nº 3231 de 18 de fevereiro de 1979). Tais títulos dão uma ideia da tônica geral tanto do posicionamento do CL quanto também das questões que marcavam o fazer-se da educação escolar pública no município de Nova Iguaçu, um dos mais ricos da região metropolitana do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, do país.

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

crianças, e esperava uma oportunidade para provar à diretora que a água era poluída. Certa feita a diretora encontrou o banheiro imundo e pediu que se colocasse água nas privadas, o que foi feito; mas o cheiro ficou pior do que antes. A diretora se resolveu a colocar desinfetante no banheiro e agitou os vermes da água sendo percebidos a olho nu, segundo declarações da estagiária. Com essa mesma água era feita a merenda escolar. Como se não bastasse, os mantimentos enviados pelo Setor de Merenda Escolar da SEMEC eram de péssima qualidade e a maioria das crianças se viam obrigadas a comer o que era servido.” (CL, nº 3.224, 31 de dezembro de 1978: 2)

A escassez da oferta de vagas, realidade que na região metropolitana do Rio de Janeiro e de outras regiões metropolitanas foi a tônica até pelo menos as primeiras décadas do século XXI (e não totalmente sanada), não deixava praticamente opção às famílias dos bairros mais pobres, já de modo geral aqueles com precárias condições de oferta de equipamentos e serviços públicos. A escola em questão não fugia a esta regra:

“Atendendo até a 4ª série do 1º grau [atualmente o quinto ano do Ensino Fundamental], a Escola Municipal Sender é a única da localidade, sendo as mais próximas em Jardim Alvorada, Cabuçu ou Rosa dos Ventos, com acesso difícil. Com suas seis salas de aula funcionando em três turnos, o número de vagas é insuficiente para atender a quantidade de crianças que residem naquele bairro proletário. Apesar disso tudo, a escola nesta época de eleições serviu de foco e obras de políticos arenistas. Um deles chegou a iluminar todo o bairro e iniciou-se a construção do muro da escola. As lâmpadas já estão quase todas queimadas e só foram iniciadas a marcação do alicerce do muro.” (CL, nº 3.224, 31 de dezembro de 1978: 2)

Tal estado de coisas era comumente encontrado então nas escolas das localidades mais afastadas do núcleo urbano da Baixada Fluminense. Assim é que sob o título “Escola em Austin é abandonada pelos próprios funcionários” se descrevia um outro caso exemplar em termos do comprometimento do direito à educação de qualidade, ou mesmo de alguma educação. A reportagem parte inicialmente de um posicionamento crítico frente ao poder público municipal e também com relação aos próprios indivíduos mais imediatamente responsáveis pelo bom funcionamento da unidade escolar:

“A escola municipal Nena Rodrigues, situada em Austin à Rua Santa Ciara, encontra-se completamente abandonada pela SEMEC [Secretaria Municipal de Educação e Cultura] como também pelos funcionários responsáveis pela zeladoria da própria escola. Tal fato não é notado somente naquele colégio da rede municipal de ensino, mas também na maioria das escolas da rede localizadas na periferia.” (CL, nº 3.227, 21 de janeiro de 1979: 7)

Em seguida se busca legitimar e reforçar tal crítica dando voz ao maior número possível de moradores da localidade bem como aos que se encontram mais proximamente vivendo a realidade de precariedade da escola num esforço quase censitário, a fim certamente de ampliar o peso da denúncia aproximando-a de uma reivindicação formal daqueles moradores frente às autoridades do município:

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

“Para conseguirmos melhores informações sobre a escola, consultamos alunos, pais de alunos e alguns moradores vizinhos e todos mostraram-se insatisfeitos com o descaso da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para com aquela escola, única da localidade. (...) Segundo alguns moradores, o prédio onde a escola se encontra instalada é alugado, mas nunca ninguém se prontificou em ao menos fazer reparos nas paredes, cujo reboco está caindo. Disseram alguns ainda, que no período das aulas chegam a ter pena dos alunos que ali estudam – na sua quase totalidade, crianças pobres e sem qualquer recurso financeiro. O aspecto atual da escola é o de uma casa abandonada, com as janelas e portas das salas de aula abertas, com seus vidros quebrados. O pátio atualmente se encontra coberto de mato e a secretaria só abre pela manhã, mesmo assim quando aparece alguém. Sobre a sua diretora – segundo os moradores é a Professora Ilma Coelho pois nem mesmo a SEMEC soube informar ao certo – as pessoas consultadas se negaram a falar.” (CL, nº 3.227, 21 de janeiro de 1979: 7)

Como se pode ver, o quadro exposto indica que tal escola na prática funcionava quase que somente como um lugar de permanência dos alunos durante uma parte de seu dia e no qual a sua função esperada, a de promoção da aprendizagem destes mesmos alunos, se deparava com uma ausência completa das condições básicas para sua realização. Este aspecto não escapou ao olhar do repórter haja vista que chama também a atenção no texto jornalístico uma preocupação com a relação entre os problemas anteriormente elencados e o próprio desempenho dos alunos em termos de seu comportamento e aprendizagem, o que denota um sentido bastante documental do esforço de investigação feito pelo CL que busca algo próximo de um dossiê alinhavado com todos os aspectos afeitos à qualidade da formação escolar:

“A disciplina durante as aulas parece que não é encarada a sério pelos supervisores conforme a opinião de um outro morador. As crianças são muito bagunceiras, mas tal fato é justificável, tendo em vista as condições socioeconômicas do lugar e também o que a escola oferece, pois nem água encanada possui ainda. Neste período de férias escolares que deveria ser utilizado para a reforma das escolas a SEMEC não tem preocupação em justificar à população os seus atos sobre as condições atuais das escolas da rede, do número de vagas a serem oferecidas e nem mesmo em dizer onde foi aplicado o dinheiro economizado com a contratação das estagiárias ao longo de três anos.” (CL, nº 3.227, 21 de janeiro de 1979: 7)

Aparecem no relato jornalístico acima transcrito aqueles aspectos mais constantes no que se refere às condições materiais das escolas periféricas da região e de Nova Iguaçu em particular: o abandono crônico da conservação dos prédios escolares; a falta de fiscalização do funcionamento da escola e do trabalho de seus profissionais, responsáveis pela manutenção diária desta; a rarefeita presença da escola nas regiões semiurbanas e rurais do município no recorte temporal aqui delimitado; a prática recorrente do aluguel de prédios originalmente destinados a finalidades outras para se improvisarem escolas (prática essa comum no país como um todo desde que se iniciou mais intensamente o processo de expansão da educação escolar primária a partir dos finais da década de 1940), com a conseqüente transferência de recursos

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

públicos à iniciativa privada; a dualidade de fato na qualidade da educação ofertada a crianças de classes sociais diferentes, combinada com o descaso ainda maior em relação aquelas de regiões mais afastadas das áreas mais propriamente urbanas; a escassez de recursos destinados efetivamente à realização do trabalho escolar bem como a falta de transparência na aplicação destes já poucos recursos; e finalmente, o uso recorrente de profissionais menos qualificados nas escolas destinadas à maioria da população como forma de economizar recursos onde estes já são mínimos.

Em outra reportagem, intitulada “E.M. Condessa Infante não pode receber alunos”, se acrescentaram novos detalhes a este quadro de precariedades acima descrito. Aqui se reforça o que parece ser uma forma velada de o CL apontar as autoridades municipais e a recorrente prática do compadrio político, neste caso materializada na nomeação – via de regra, pouco criteriosa – das direções escolares, como a raiz mais profunda das condições de materialização da educação no município. Daí temos que a obtenção ou não de melhorias para as escolas vai depender fundamentalmente de uma ação pessoal da direção escolar e sobre os ombros dos que ocupam esta função recai também quase exclusivamente, por isto mesmo, a cobrança por parte da comunidade. Senão vejamos:

“Dando continuidade a um trabalho de vistoria nas condições das escolas públicas existentes no Município de Nova Iguaçu, o CL visitou a Escola Municipal Condessa Infante, situada na Rua Monte Pascoal, no bairro Piam, ao lado da igreja de São Jorge. Quando da visita, estivemos conversando com a servente Maria Claudina, já velha e doente, responsável pela limpeza e conservação do prédio da escola. ‘Não sei o que essa diretora faz, disse Maria Claudina, referindo se à (...) diretora do estabelecimento, que não consegue nada pra essa escola.’ O estado de abandono em que a escola se encontra é lastimável mas não deixa de ser o retrato nítido e fiel da situação das demais escolas da rede municipal de ensino que recebera uma leva enorme de alunos a 5 de março. Deus sabe como.” (CL, nº 3.229, 4 de fevereiro de 1979: 3).

Apesar de o texto anteriormente citado indicar que o inquérito foi realizado no território iguaçuano, devido provavelmente ao fato de não haver diferenciação entre as duas áreas urbanas, aliado ao status de distrito já possuído por este segundo município, a escola referida aí se localiza em bairro nascido no entorno de uma fábrica no município vizinho de Belford Roxo.

A depoente, Maria Claudina, ao dar prosseguimento ao seu testemunho exemplifica, por sua vez, igualmente o fato de que os funcionários encarregados das funções de apoio na escola estavam costumeiramente submetidos tanto a riscos advindos do próprio isolamento do prédio escolar e, no limite, da desvalorização da educação como um bem para a comunidade do seu entorno, quanto também expõe a precariedade das instalações do local de trabalho e de sua

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

própria condição funcional – lembrando a não existência do instituto do concurso público para admissão nos quadros funcionais do município e, portanto, a dependência geralmente do apadrinhamento por parte de alguém com acesso e influência no âmbito dos que tomavam as decisões relativas à composição do funcionalismo municipal. Particularmente os trabalhadores que realizavam atividades de apoio às mais propriamente de ensino e aprendizagem nas escolas do município se encontravam premidos pela necessidade de manutenção do emprego haja vista sua extração social e, salvo poucas exceções, baixo grau de escolaridade.

Sendo assim, episódios de violência comuns nas áreas um pouco mais afastadas dos centros urbanos da região e a dificuldade inerente à realização das atividades profissionais em um local de trabalho no qual imperava o abandono e o descaso por parte do poder público se conjugavam para produzir um misto de desalento e indignação, sentimentos estes que certamente possuíam ligação com a origem de classe de quem se reconhecia como oriunda do mesmo meio social a que pertenciam alunos e seus familiares. Tais elementos acima referidos irão novamente aparecer com singular vivacidade no depoimento anteriormente transcrito:

“Dona Maria Claudina não estranhou a presença de um elemento da imprensa visitando a escola: [se] prontificou a mostrar as salas de aula e mobiliário escolar completamente destruídos e sem condições de uso. Ela é servente ali há um ano no lugar de uma outra que saiu traumatizada com um assalto que a escola sofreu. Antes era servente do Colégio Municipal Monteiro Lobato onde acidentou-se em serviço, estourando uma de suas varizes [o] que a tornou quase inútil para o trabalho. Mesmo assim presta serviços de capina no terreno, lavagem das salas de aula, conservação do prédio, etc.” (CL, n° 3.229, 4 de fevereiro de 1979: 3).

No entanto, o que mais afligia imediatamente as famílias que desejavam minimamente o usufruto do direito à educação era a crônica falta de escolas e, conseqüentemente, de vagas para suas filhas e filhos. Principalmente nas áreas já costumeiramente desprovidas de outros recursos sociais dependentes da ação do poder público.

A falta de escolas e/ou vagas nas escolas existentes foi uma das mais constantes motivações para a mobilização de segmentos da população da Baixada Fluminense visando sensibilizar e pressionar as autoridades municipais e estaduais na busca pela expansão da rede escolar na região. Sendo a rede escolar estadual a de maior presença quantitativa, além de o estado do Rio de Janeiro possuir mais recursos para investimento nesta expansão do que as instâncias de poder municipais, se recorria diretamente ao governo estadual a fim de tentar obter a construção de novas escolas. Isto ficou patente na reportagem “Moradores foram à SEEC cobrar escola”:

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

“Insatisfeitos com a desconsideração com que vem sendo tratados pela administração pública, os moradores dos bairros Jardim Silvana e Santa Verônica – em Belford Roxo – enviaram esta semana uma comissão para reivindicar diretamente na Secretaria Estadual de Educação [e Cultura (SEEC)], solução para o problema do ensino que é cada vez mais grave na região. Esquecido pela Prefeitura Municipal que não toma providência para desalojar os invasores que se instalaram na única área pública existente no bairro, a mando do ex-deputado Jorge Lima, os moradores também não receberam boas notícias na Secretaria de Educação. A assessora de planejamento daquele órgão informou que este ano está prevista a construção de apenas duas pequenas escolas estaduais em Nova Iguaçu, não estando incluídos nesse planejamento, por enquanto, os dois bairros onde existem perto de duas mil crianças sem condição de estudar.” (CL, nº 3.231, 18 de fevereiro de 1979: 1).

Como se pode ver pela descrição acima, tudo conspirava contra aquela parte da população que já se encontrava desprovida de uma série de condições básicas de existência e que via impossibilitado o usufruto do direito fundamental de acesso à educação para seus filhos (uma condição fundamental para permitir a estes escaparem do mesmo destino socialmente definido para seus pais). Fica patente o grande déficit da oferta de vagas nas escolas públicas da região, fossem elas municipais ou estaduais, bem como um fenômeno que se agravou ao longo das décadas de 1960 e 1960: a crescente escassez de terrenos que permitissem a existência de instalações escolares (sendo característico do período como efeito direto de tal escassez o aproveitamento máximo de terrenos que, dado suas dimensões, foram ocupados por prédios escolares verticalizados e desprovidos de espaços pedagógicos tais como quadras, pátios, etc.). Por outro lado, se ilustra aí também o fato de que a população da região não permaneceu passiva frente a impossibilidade de ver suas filhas e filhos ingressarem na escola.

A mobilização dos moradores em diversos bairros da região, mesmo que muitas vezes não tenha obtido sucesso em suas reivindicações, passou a constituir um fator de pressão política sobre as prefeituras e mesmo em relação ao poder estadual que certamente contribuiu para a posterior expansão da rede escolar pública da Baixada.

Para piorar tal situação, já de si desalentadora quanto ao ingresso na escola, uma parte das crianças que tinham a sorte de conseguir se matricular via sua permanência nas carteiras escolares ameaçada por regras que algumas diretoras entendiam por bem impor. Este era o caso, por exemplo, da cobrança de uma taxa supostamente destinada à manutenção da escola. Em 1º de abril de 1979 o Correio da Lavoura denunciava tal mecanismo na reportagem “A guerra contra a taxa escolar: Moradores denunciam no CRECT diretora da Escola V. Brasil”:

“[A] diretora da Escola Estadual Vital Brasil, foi formalmente denunciada quinta feira, dia 5, à direção do Centro Regional de Educação, Cultura e Trabalho (CRECT) por uma comissão de mães de alunos do bairro Nova Piam, integrantes da Associação de Moradores daquela localidade, que acusaram-na de procurar obrigá-los ao pagamento de uma taxa ilegal

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

de 20 cruzeiros como única forma de garantirem as matrículas de seus filhos. Os denunciantes disseram ainda que [a diretora] tem feito tudo para perseguir os filhos daqueles que se revoltam contra sua orientação arbitrária, sendo comum na escola a prática de castigos¹⁰ físicos.” (CL, n° 3.237, 1 de abril de 1979: 7).

Em tempos autoritários como eram os do período aqui abordado as direções escolares agiam muitas vezes como um poder fortemente repressivo, particularmente no que se refere ao trato com as crianças oriundas dos meios populares. A permanência da prática de castigos físicos, provavelmente também ainda presente nas salas de aula, denota a permanência da cultura do exercício discriminatório da autoridade escolar. Mas é interessante perceber que já não conta com o beneplácito das famílias e não mais se exerce sem contestação por parte das mesmas.

Neste mesmo sentido, os moradores politicamente organizados passavam a contar com o apoio de outros sujeitos políticos atuantes na região da Baixada Fluminense no esforço de se contrapor aos desmandos das direções escolares, nomeadas através da indicação de vereadores e deputados com base eleitoral na localidade, bem como forçar o poder público a deixar de fazer vistas grossas em relação às práticas de abuso do poder que estavam já naturalizadas como parte da rotina cotidiana de muitas escolas:

“A comissão da Nova Piam foi ao CRECT acompanhada por representantes de outros grupos de amigos de bairro, por membros da Comissão Diocesana de Justiça e Paz e pelo deputado estadual Francisco Amaral, sendo recebida (...) pelas [diretoras] do CRECT, que ficaram de interrogar Evangelina Soares de Moura a respeito das acusações levantadas contra ela. Em princípio, todas confirmaram que a cobrança obrigatória de qualquer taxa em estabelecimento oficial de ensino é efetivamente ilegal, uma vez que a lei estabelece que a contribuição dos pais de alunos deve ser espontânea e de acordo com os seus recursos.” (CL, n° 3.237, 1 de abril de 1979: 7).

O fecho do texto jornalístico em tela vem explicitar o vínculo entre autoritarismo da direção escolar e o regime de exceção vigente no país, o qual se reproduzia em todos os espaços sociais em boa medida porque encontrava apoio de boa parte da população do país, particularmente entre os extratos médios que vivenciaram algum tipo de distanciamento em termos de maior acesso à esfera do consumo durante a década de 1970, em especial os anos do chamado “milagre brasileiro”. Desta forma, o contexto da distensão política promovida nos limites da ordem vigente no país propiciava o aparecimento de mecanismos mais democráticos

¹⁰ Não é possível saber exatamente quais seriam estes castigos, mas as práticas de punição física mais comuns à época eram tapas nas mãos ou cabeça, puxões de orelha ou cabelo, uso de réguas para aplicar pancadas e beliscões comumente com torções.

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

de participação inclusive no interior das escolas o que, por sua vez, indicava o reconhecimento da legitimidade das formas de luta assumidas pelos movimentos sociais e a busca por sua normatização como parte da vivência democrática. Mas tal reconhecimento formal por si só não significava sua aplicação efetiva. Fazia-se necessário então alargar e aprofundar o sentido da luta pelo direito à educação a fim de modificar também o próprio modo de ser da relação entre a escola e as famílias:

“Os moradores acusaram a diretora do Vital Brasil de ir também contra a orientação da Secretária da Educação para integração da escola na comunidade, uma vez que tem dito que os participantes da associação da Nova Piam são agitadores e subversivos. Segundo os reclamantes, a única agitação que fazem é defender o seu direito legítimo ao ensino gratuito, garantido no corpo da Constituição Brasileira.” (CL, nº 3.237, 1 de abril de 1979: 7).

A luta por acesso à escola teve assim também seus momentos de vitória e contribuiu mesmo que indiretamente para o fortalecimento dos movimentos sociais na Baixada Fluminense bem como para o avanço de outras lutas visando a conquista de direitos como habitação, saúde e saneamento básico.

Considera-se aqui que, mesmo sem uma referência mais ampla relativamente a outras localidades e suas respectivas reivindicações e ações comunitárias, os que anteriormente analisamos representam um retrato bastante fiel da situação vivida pelas populações do entorno das grandes metrópoles brasileiras na passagem dos anos 1970 para a década de 1980 no que tange à restrição do direito à educação pública de qualidade.

Da mesma forma, constituem também tais narrativas politicamente comprometidas uma fonte importante – mais ainda se considerarmos a já indicada escassez de documentação sobre o tema – para o estudo do movimento de organização dos moradores da Baixada Fluminense em associações comunitárias e a atuação destas na luta por melhorias tanto na oferta quanto na qualidade da educação pública. Será justamente nas páginas do segundo órgão de imprensa selecionado, o *Jornal da Baixada*, nascido justamente da efervescência política do período histórico que marca a virada dos anos 1970 para 1980, que se pode aquilatar mais amplamente a frequência e alcance tanto da situação de precariedade da formação escolar ofertada à maioria da população quanto o fenômeno da mobilização de famílias residentes na Baixada Fluminense em torno da demanda por direitos no campo da educação.

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

Conclusão

Entre os anos 1960 e 1970 a Baixada Fluminense, acompanhando o ocorrido nas regiões metropolitanas brasileiras, vivenciou um acelerado crescimento do número de escolas públicas, particularmente as vinculadas à esfera estadual de governo.¹¹

No entanto, no caso da Baixada Fluminense a possibilidade de usufruto do direito à educação por parte da maioria de seus novos habitantes não veio a se realizar na prática. A demanda por acesso à escola pública sobrepujou de muito a existência efetiva de vagas.

No caso dos municípios mais populosos da Baixada Fluminense em particular, tal estrangulamento ocorreu ao longo da década de 1970, produzindo uma rotina marcada por uma verdadeira “mobilização para a guerra” entre as famílias que possuíam filhos em idade escolar nos períodos de matrícula. Uma cena comum no entorno das escolas públicas eram as longas filas de mães, pais e parentes (que não raramente ali estavam às vezes há dias, em regime de revezamento) à espera da abertura dos portões da escola para a matrícula de novos alunos.

Aqueles que conseguiam uma vaga comemoravam intensamente. Às famílias que não conseguiam restava ir para a próxima fila na próxima escola, a qual ficava cada vez mais distante de seu local de moradia (não à toa, a luta pela educação dos filhos se confundia comumente com a luta pela melhoria do transporte e pelo direito à gratuidade dos estudantes). Considerando também que o mais comum eram famílias com mais de um filho em idade escolar, frequentemente não se conseguia vaga na mesma escola para todos os filhos.

Agravando este estado de coisas, como se pôde ver, mesmo as crianças que conseguiam ver seu direito à matrícula na escola efetivamente materializado vivenciavam não poucas vezes uma experiência de escolarização marcada pelo signo da precariedade e do sacrifício, seu e de suas famílias. Como igualmente visto ao longo do texto, tal estado de coisas não foi aceito sempre de forma passiva.

O direito a uma educação escolar que viesse a permitir que mães e pais das classes populares da Baixada Fluminense, politicamente organizados ou não, foi objeto de uma luta

¹¹ A existência de escolas, mesmo que muitas vezes apenas formalmente, remonta ao Segundo Império mas até o a segunda metade do século XX constituíam uma exceção na paisagem majoritariamente rural dos municípios aqui recortados. Aquela que é considerada uma das escolas pioneiras em Nova Iguaçu foi fundada por uma família de maçons também ligada ao Jornal Correio da Lavoura, o Colégio Leopoldo. Por conta do prestígio adquirido entre os chamados escolanovistas, a escola criada pelo dono de uma fábrica de explosivos, inicialmente com o intuito de alfabetizar os funcionários mas se abrindo para seus filhos e outras crianças e dirigida por sua irmã, Armada Álvaro Alberto. Nomeada Escola Regional do Merity se tornou exemplo de boa experiência pedagógica por oferecer refeição a seus alunos e posteriormente incorporar meios de ensino como o cinema e o canto orfeônico. Em que pese seus méritos, na prática representou uma gota no oceano da ausência da oferta de escolarização para a população rural brasileira de modo geral.

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

constante a qual assumiu variadas formas e níveis de intensidade, mas que representou sempre a consciência de sua condição de sujeito de direitos em um contexto histórico marcado justamente pela vigência de um estado de exceção democrática. Mesmo posteriormente, com o retorno de um ordenamento jurídico de natureza constitucional, não desapareceu completamente a necessidade daquela mobilização haja vista que ainda nos anos 1990 não eram incomuns as filas nas calçadas das escolas com maior demanda, denotando a permanência da restrição ao pleno direito a uma educação pública de qualidade. Neste sentido, os anos de passagem da década de 1970 à de 1980 são particularmente significativos como momento em que a luta pelo direito à educação amalgamou moradores, movimento social organizado, setores progressistas da igreja católica e intelectuais coletivos politicamente comprometidos com a mesma.

Sendo assim, a luta por acesso e permanência na escola e a concomitante luta pela qualidade da escolarização oferecida por esta escola na passagem entre as décadas de 1970 e 1980 pode ser caracterizada como uma verdadeira guerra de trincheiras combatida com afinco e persistência pelas mães e pais da região, politicamente organizados ou não.

Fontes

O Correio da Lavoura. Nova Iguaçu, Editora CL, 1917-2024.

Referências bibliográficas

ALVES, José Carlos (1998). *Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*, Duque de Caxias, APPH/CLIO.

BERNARDO, Júlia (1983). *Espaço e Movimentos Reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu*, Rio de Janeiro, Edição do autor.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter (2006). *Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet*, Rio de Janeiro, Zahar. 2ª. ed. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias.

BURKE, Peter (2000). *Uma História Social do Conhecimento I: de Gutemberg a Diderot*, Rio de Janeiro, Zahar. Trad. Plínio Dentzien.

CARVALHO, Carlos Henrique de.; ARAÚJO, José Carlos; GONÇALVES NETO, Wenceslau (2002). “Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950)” in ARAÚJO, José Carlos; GATTI Jr., Décio (org.). *Novos Temas*

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa, Campinas, Autores Associados/Uberlândia, EDUFU, pp. 67-89.

CHARTIER, Roger (2002). *A História Cultural: entre práticas e representações*, São Paulo, Bertrand Brasil. 2ª. ed. Trad. Maria Manuela Galhardo.

CUNHA, Luiz A. (1980). *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*, Rio de Janeiro, Francisco Alves. 6ª. ed.

CUNHA, Luiz A.; GÓES, Moacyr (2002). *O Golpe na Educação*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 11ª. ed.

DARNTON, Robert (2010). *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*, São Paulo, Companhia das Letras. Trad. Denise Bottmann.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (2002). “O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução” in ARAÚJO, José Carlos; GATTI Jr., Décio (org.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*, Campinas, Autores Associados/Uberlândia, EDUFU, pp. 133-150.

FAUSTO, Boris (2006). *História do Brasil*, São Paulo, EdUSP, 12ª. Ed.

FREIRE, Jussara (2016). *Problemas Públicos e Mobilizações Coletivas em Nova Iguaçu*, Rio de Janeiro, Garamond.

FRIGOTTO, Gaudêncio (1989). *A Produtividade da Escola Improdutiva*, São Paulo, Cortez. 3ª. ed.

GARCIA, Pedro (1977). *Educação: modernização ou dependência?*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.

GERMANO, José W. (1994). *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*, São Paulo, Cortez, 2ª. ed.

GOHN, Maria da Glória (1982). *Reivindicações Populares Urbanas*, São Paulo, Autores Associados/Cortez.

JACOBI, Pedro (1989). *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*, São Paulo, Cortez, 2ª. ed.

JANNUZZI, P. de M. (2000). *Migração e Mobilidade Social: migrantes no mercado de trabalho paulista*, Campinas, Autores Associados.

KOWARICK, Lúcio; BONDUKI, Nabil (1988). “Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização” in KOWARICK, Lúcio (Org.). *As Lutas Sociais e a Cidade*, São Paulo, Paz e Terra.

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

LOSURDO, Domenico (2004). *Democracia ou Bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ. Trad. Luiz Sérgio Henriques.

MONTEIRO, L. A. (2016). *Retratos em Movimento: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense*, Rio de Janeiro, FGV Editora.

NÓVOA, António (1997). “A imprensa de educação e ensino” in CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena (org.). *Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação*, São Paulo, Escrituras, pp. 11-31.

NUNES, Clarice (1980). *Escola e Dependência: o ensino secundário e a manutenção da ordem*, Rio de Janeiro, Achiamé.

OLIVEIRA, Floriano (2008). *Reestruturação Produtiva, Território e Poder no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro Garamond/Faperj.

PAOLI, Maria Célia (1995). “Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político” in HELLMANN, Michaela (org.). *Movimentos Sociais e Democracia no Brasil*, São Paulo, Marco Zero.

PEREIRA, W. (1977). *Cana, Café & Laranja: história econômica de Nova Iguaçu*, Rio de Janeiro, FGV/SEEC-RJ.

PRADO, W. (2000). *História Social da Baixada Fluminense*, Rio de Janeiro, Ecomuseu Fluminense.

ROLLEMBERG, Denise (1999). *Exílio: entre raízes e radares*, Rio de Janeiro, Record.

SADER, Eder (1991). *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*, São Paulo, Paz e Terra, 2ª ed.

SANTOS, Laymert (1981). *Desregulagens: educação, planejamento e tecnologia como ferramenta social*, São Paulo, Brasiliense.

SANTOS, Milton (2005). *A Urbanização Brasileira*, São paulo, EdUSP. 5ª. ed.

SCHELBAUER, Analete R.; ARAÚJO, José Carlos S. (org.) (2007). *História da Educação pela Imprensa*, Campinas, Alínea.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. (2015). *Brasil: uma biografia*, São Paulo, Companhia das Letras.

SPOSITO, Marília (2010). *A Ilusão Fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*, São Paulo Hucitec. 2ª. ed.

TELLES, Vera da Silva (1988). “Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos” in KOWARICK, Lúcio (org.). *As Lutas Sociais e a Cidade*, São Paulo, Paz e Terra.

Flávio Andrade - *A luta pelo direito à educação na periferia de uma metrópole brasileira em tempos autoritários (Baixada Fluminense, anos 1970)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 70-92 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a4

TORRES, Gênesis (2004). *Baixada Fluminense: a construção de uma história*, São João de Meriti, IPAHB.